

Educação democrática e a nova Carta

FOLHA DE SÃO PAULO

CÂNDIDO PADIN

03 AGO 1987

ANC p 13

A Assembléia Nacional Constituinte encontra-se num dos momentos mais decisivos da sua atuação. Votadas as conclusões das comissões temáticas, assume a Comissão de Sistematização a função de adequar os textos aprovados num projeto global e coerente a ser votado pelos seus membros e, em seguida, por todo o plenário da Constituinte.

O resultado das comissões, no entanto, ficou incompleto pela impossibilidade de consenso final entre os membros da oitava comissão, na qual as divergências não permitiram a aprovação de nenhuma matéria conclusiva. Tinha a seu cargo uma ampla temática: família, educação, cultura, esporte, comunicação, ciência e tecnologia. Cabe, pois, ao relator da Comissão de Sistematização elaborar um relatório sobre essa matéria e submetê-lo à decisão dos seus pares.

Os pontos mais polêmicos foram os referentes aos temas da educação e da comunicação. Na verdade, o que impediu o entendimento foi principalmente a luta de interesses provocada pela interferência de representantes de empresas de rádio, de TV e de algumas jornais, contrários à criação do Conselho Nacional de Comunicação. A finalidade desse Conselho, composto de representantes de várias categorias sociais, seria a de estabelecer critérios objetivos e culturais para a concessão de canais de rádio e de TV e regular os direitos e deveres dos que trabalham nos meios de comunicação. O objetivo é fazer prevalecer as finalidades culturais dos MCS, a serviço da sociedade, sobre os interesses capitalistas meramente lucrativos. Quer-se impedir a manipulação da comuni-

cação por interesses econômicos e políticos. Foram justamente estes interesses, presentes na Constituinte por representantes empresariais e do atual ministro das Comunicações, que impediram de modo tumultuado a votação dos textos na comissão. A proposta da criação do Conselho, no entanto, contava com o apoio da Federação Nacional de Jornalistas, o que comprova a honestidade de propósitos dos que a defendiam.

O impasse em torno do tema da educação envolve aspectos mais doutrinários, embora apresente também alguma conotação de interesses grupais. Trata-se de definir a missão do Estado na educação, o que envolve uma determinada concepção filosófica da educação.

A questão polêmica consiste em fixar qual a destinação que deve ser dada às verbas públicas para atender às necessidades de educação de todo o povo. Manifestou-se junto aos constituintes uma forte pressão de certas entidades de educadores da rede estatal propugnando pela exclusividade da aplicação das verbas públicas para as "escolas públicas". Estranhamente, porém, justificam a proposta com esta argumentação: "O ensino é um serviço público e a escola uma instituição social de interesse público, qualquer que seja o regime jurídico a que esteja submetida e independentemente da propriedade do patrimônio material que suporta suas atividades". Deste princípio, perfeitamente aceitável, deve-se concluir por coerência que o caráter "público" não decorre simplesmente do fato de ser a escola de propriedade do Estado. Na verdade, o que se deseja é que a educação ministrada corresponda aos verda-

deiros interesses do público, de modo a formar o cidadão plenamente democrático. Quer-se garantir a boa qualidade da educação para todos, sem qualquer discriminação, principalmente de nível social. Importa assinalar, no entanto, que essa formação democrática se caracteriza pelo atendimento dos interesses de uma sociedade pluralista, que se compõe de pessoas de diferentes ideais filosóficos e religiosos. Assim, é inadmissível e antidemocrático, como fazem essas mesmas entidades, pretender impor como padrão educacional "o ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade" (cf. a mesma plataforma da Andes).

Os contatos que mantive com muitos educadores permitiu-me verificar o desconhecimento do verdadeiro sentido do termo laico, ignorando que o adjetivo decorre da concepção filosófica do laicismo. Basta recorrer a uma enciclopédia para encontrar seu significado: "Movimento anticlerical, que tende a excluir a religião da vida pública" (Moderna Enciclopédia Melhoramentos). Bem mais democrático é admitir que o ensino religioso nas escolas estatais seja de livre aceitação dos pais ou dos próprios alunos, quando o considerarem importantes para a sua educação.

A luta que todos devemos travar no campo da educação é a eliminação do caráter mercantilista de certas escolas. A educação tem por principal objetivo a formação de pessoas humanas, com uma consciência crítica capaz de exercer uma ação transformadora da sociedade atual, corrigindo as estruturas injustas e opressoras. Ora, esse objetivo é inconciliável com a

simples busca do lucro através da escola.

O interesse público da educação consiste, portanto, na preservação do alto nível de qualidade relacionado com a formação do cidadão democrático. Essa finalidade exige que toda a estrutura da escola e a pessoa do educador estejam inteiramente voltados para o contato pessoal com os estudantes, sem a preocupação de lucros financeiros.

A existência de escolas não-estatais atende, pois, à exigência de uma sociedade democrática pluralista, garantindo a liberdade de opção de ideais filosóficos e religiosos, conforme assegura a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art.18). Essas escolas não-estatais, mantidas por entidades realmente não lucrativas, poderiam merecer o apoio de verbas públicas desde que comprovassem a reaplicação dos excedentes do rendimento financeiro na melhoria da qualidade do ensino e prestassem contas da gestão contábil à comunidade e aos órgãos públicos competentes. Essa seria a verdadeira fórmula de atendimento dos interesses, das populações até agora marginalizadas. Em muitas regiões do Brasil a rede de escolas do Estado não chega a muitos locais da periferia, onde poderiam atuar pequenas comunidades missionárias desde que contassem com os recursos necessários.

Para garantir o avanço de uma Constituição que ofereça condições para uma democracia participativa, será necessário somar todas as energias progressistas, eliminando os ranços de antigas disputas que não contribuem para o bem comum de toda a sociedade brasileira.